

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Folha de São Paulo

Class.: 20

Data: 1 de junho de 1979

Pg.: _____

Investigações no projeto Jari

Irregularidades na área levarão o Governo a adotar medidas de intervenção

BRASÍLIA (Sucursal) — O governo federal deverá baixar, a curto prazo, medidas de intervenção no projeto Jari, de propriedade do multimilionário norte-americano Daniel Ludwig. A decisão governamental de investigar as operações do grupo foi tomada após minuciosos relatórios dos órgãos de informações e segurança sobre denúncias de irregularidades na vasta área que se estende do Amapá ao Estado do Pará.

O isolamento da área onde está implantado o projeto Jari e as constantes proibições de ingresso na região de até mesmo membros de órgãos do governo, levou o Incra, sob orientação superior, a efetuar um amplo estudo que resultou em um relatório específico sobre o Jari. "E medidas serão tomadas para surpresa de muitos" — confidenciou fonte do governo, ontem à noite.

Entre as irregularidades que teriam sido constatadas por técnicos do governo, destacam-se a posse ilegal de mais de dois milhões de hectares e, até mesmo, a existência de capital europeu — não registrado no país — no projeto. Ante as constantes denúncias formuladas junto ao governo de ameaças à região da Amazônia, o primeiro passo para proteção da área foi dado na quarta-feira, quando o presidente Figueiredo encaminhou ao Congresso Nacional decreto criando um grupo de trabalho para propor uma política florestal para a região.

Outra fonte ligada ao governo lembrou que a iniciativa do deputado Edson Vidigal (Arena-MA), propondo a convocação de diversas autoridades para deporem na comissão de segurança nacional da Câmara sobre o projeto Jari, "já significa que o governo reconhece os benefícios que o empreendimento trouxe, mas não aceitará os excessos; o deputado, em sua iniciativa apenas saiu na frente, pois a área está sendo examinada".

Embora as informações sobre o projeto Jari sejam ainda imprecisas, o próprio deputado Edson Vidigal afirma que em 1975 o Incra tinha, como área registrada do Jari, cerca de um milhão de hectares, e, no processo de n.º 01668 da Sudam, a Jari solicita benefícios fiscais para uma área de sua propriedade da ordem de 3 milhões e 654 mil hectares.

Durante esta semana, uma alta fonte do Palácio do Planalto também admitia a intervenção, reconhecendo que o Incra havia realmente concluído o seu trabalho: "Agora falta apenas a decisão política" — concluiu.

CÂMARA

A Comissão de segurança nacional da Câmara decidiu iniciar já na primeira quinzena de junho, as investi-

gações sobre o projeto Jari, particularmente quanto ao fundamento jurídico da doação daquele empreendimento a uma fundação privada de combate ao câncer, conforme informação dada pelo gerente geral do projeto aos deputados.

O questionamento da legalidade da doação consta do relatório do deputado Edson Vidigal (Arena-MA), encarregado pela comissão de examinar o assunto. Além de considerar a doação irregular, por não ter havido consulta ao Incra nem ao Conselho de Segurança Nacional, o relatório de Vidigal recomenda uma minuciosa inspeção nas atividades do projeto.

Para iniciar as investigações, serão ouvidos o ministro da Marinha, Maximiliano da Fonseca, que recentemente esteve na área do projeto, e o procurador de Daniel Ludwig no Brasil, Avertano Rocha, suplente do senador biônico Gabriel Hermes, da Arena do Pará.

Na reunião realizada ontem pela comissão de segurança nacional para tratar do assunto, integrantes tanto da bancada da Arena quanto do MDB defenderam a apuração das atividades do projeto Jari, por entender que a possibilidade da transferência de sua posse pode representar um risco à segurança nacional.

Além da coíeta de depoimentos, os parlamentares decidiram realizar uma visita ao projeto Jari, acompanhados de um representante do Estado Maior das Forças Armadas, que deverá se pronunciar sobre a questão da "segurança nacional". Acompanharão também a comissão de deputados um assessor jurídico, "para examinar os documentos da doação", e técnicos governamentais especializados em ecologia, relações do trabalho, previdência social e saúde pública, que emitirão pareceres técnicos sobre o projeto.

O RELATÓRIO

O relatório apresentado à comissão pelo deputado Edson Vidigal aponta a Jari como um empreendimento econômico de proporções gigantescas, "que se implantou e se consolidou às custas da abundância de nossos recursos naturais e de mão-de-obra barata".

Diz ainda o deputado maranhense que foi implantado no Jari um complexo de indústria de madeira importada do Japão, que gerou um saldo negativo nas relações comerciais do projeto no valor de 285,4 milhões de dólares. Informa ainda que a importação foi autorizada pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE) e recebeu benefícios (isenção de impostos de importação) por ser considerado um empreendimento voltado para o mercado externo.